



Terça-feira 31 de julho de 2018;
14:30-16:00 h.

Sessão 3

As preocupações com a Neutralidade da Rede e o futuro da Internet

Primeira seção

A primeira seção envolveu duas intervenções de 10 minutos cada, para que os palestrantes apresentassem suas perspectivas sobre a neutralidade da rede. Os palestrantes foram Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira do CGI.br e Fernando Latterza, Líder de Projetos Regulatórios para a América Latina, Telefônica. A moderadora desta primeira seção foi Carolina Aguerre de CETYS-UDESA

Flávia Lefèvre, Conselheira, CGI.br

- A última pesquisa feita pelo CETIC br, parte do CGI br, mostra uma divisão digital importante entre consumidores de alta e baixa renda.
- Embora vários países da região estabeleçam o direito à neutralidade da rede, a garantia de eficácia para essas leis é difícil no campo regulatório e na jurisprudência. Seria aconselhável ter regulação *ex-ante*.
- No Brasil, a grande maioria dos usuários acessa a Internet exclusivamente por linhas móveis, com planos mensais de dados de consumo limitado. Quando o consumo é alcançado (entre 200 MB e 1 GB por mês), os usuários só têm acesso ao Facebook e ao WhatsApp.
 - Os planos de taxa zero representam uma ameaça para a neutralidade da rede e, conseqüentemente, são uma ameaça à abertura da Internet, uma vez que são usados pelas empresas como uma valiosa estratégia de negócio ao monetizar a falta de infraestrutura, coletando dados pessoais dos usuários.
 - Além disso, os esquemas de taxa zero representam discriminação por aplicação e constituem uma falta de respeito pela continuidade do serviço.
- Há pouco equilíbrio entre o que os usuários pagam (inclusive com dados pessoais) e o que os operadores ganham.
- Os usuários estão sujeitos ao critério editorial do proprietário da plataforma, ao acessar o conteúdo que o provedor oferece, geralmente filtrado por meio de algoritmos.
- Existe uma falta de transparência nos contratos assinados entre os ISPs e os provedores de conteúdo. Esses contratos costumam ser feitos entre as empresas que dominam o mercado brasileiro (aproximadamente 80% entre três empresas, majoritariamente duas) e os provedores de conteúdo como o Facebook e WhatsApp.
- A UIT está incorporando tópicos típicos da Internet, o que é preocupante devido à estrutura multilateral predominante na UIT. A preocupação é focada nas mudanças que poderiam ser propostas durante a Conferência de Plenipotenciários deste ano.

Fernando Latterza, Líder de Projetos Regulatórios para a América Latina, Telefônica.

- A Telefônica tem defendido a neutralidade da rede, entendendo-a como o não bloqueio de conteúdo e a não discriminação de tráfego.
- No primeiro manifesto digital da Telefônica, publicado em 2014, a defesa da neutralidade da rede é um princípio claro.
- Existem vários países em que a Telefônica opera, nos quais existem regras específicas para proteger a neutralidade da rede. As empresas respeitam a

- neutralidade da rede mesmo em países onde não há regulamentação específica.
- Cinco pontos:
 - Concorrência. A concorrência estimula a neutralidade da rede, já que um ambiente competitivo não oferece incentivos para limitar o tráfego.
 - Regulação. A Telefônica defende uma regulação da concorrência em geral, como um mecanismo de proteção aos usuários, em vez de regulações específicas.
 - Tráfego. A empresa introduziu mudanças para aumentar a capacidade de tráfego, já que seu interesse é manter a qualidade da rede, em vez de discriminar o conteúdo.
 - Inovação. Não há muitos estudos que mostrem a correlação entre inovação e neutralidade da rede.
 - Transparência para o usuário. A melhor ferramenta para o usuário é a transparência e a liberdade de escolha, por isso é importante que as informações relativas ao gerenciamento do tráfego sejam transparentes, de modo que o usuário possa escolher o plano que melhor atenda às suas necessidades.
 - Há algumas semanas, a Telefônica publicou uma nova versão de seu manifesto, que inclui a proposta de passar da neutralidade da rede para a neutralidade digital, envolvendo vários atores do ecossistema.
 - Em relação à taxa zero, a Telefônica vê isso como uma inovação para que o usuário possa acessar os aplicativos mais populares. Assim, o livre acesso a esses aplicativos é bom porque protege o limite de dados dos planos de dados dos usuários.

Segunda seção:

Debate com intervenções de 2 minutos cada, com rotatividade de setores, incluindo representantes de governos, setor privado, setor técnico e sociedade civil.

Lucrecia Corvalán, GSMA

- A GSMA acredita em uma Internet aberta, acessível e de qualidade. Com a chegada do 5G e próximas gerações, será essencial que os operadores de rede tenham a capacidade de gerenciar redes para garantir sua sustentabilidade.
- O marco regulatório deve ser flexível, baseado em princípios gerais (a prova do futuro) e deve considerar três princípios:
 - Permitir flexibilidade comercial para que os operadores possam responder à demanda dos usuários.
 - Permitir o gerenciamento do tráfego, para a sustentabilidade das redes no presente e no futuro.
 - Transparência, para que os usuários possam tomar decisões melhor informadas.

Roberto Zambrana, ISOC Bolívia

- O debate sobre o tema é importante na Bolívia, onde não há um marco regulatório específico para o assunto.
- Existem alguns esquemas que podem ter justificativas importantes, como o custo para o usuário, embora possam orientar os usuários a usar determinados aplicativos ou serviços.
- A transição para o 5G levará ao surgimento de novos esquemas de comercialização (incluindo os esquemas de taxa zero) que atualmente são muito rígidos.

Gerardo Martínez, IFT México

- A Lei das Telecomunicações do México, publicada em 2014, inclui disposições específicas relativas à neutralidade da rede, com base nos princípios de livre escolha, não discriminação, privacidade, transparência e clareza.
- Esses princípios serão levados em consideração em diretrizes específicas que serão publicadas pelo Instituto após submetê-las a um processo de consulta pública.

Pia Barbosa, Intervezes Brasil

- Os órgãos de concorrência precisam de atualizações para trabalhar no ambiente digital.
- O impacto dos esquemas de taxa zero não se concentra apenas na escolha da plataforma pelos usuários, mas também nos danos ao debate público que ocorre nas redes sociais. Estamos em um cenário de monopólios digitais; as grandes empresas

são constituídas em pontos de controle do conteúdo.

Pablo Bello, ASIET

- Na América Latina, não temos um problema sistemático de bloqueio no acesso a conteúdos e serviços.
- Há poderes monopólicos que se consolidaram no ecossistema digital, por isso é importante desenvolver um ecossistema digital competitivo, inovador e disruptivo, no qual nenhum ator com poder de mercado possa escolher elos de outra cadeia do ecossistema digital.
- É necessário ter mecanismos de proteção para a neutralidade da rede, mas também para plataformas, mecanismos de busca, intermediários, sistemas operacionais e algoritmos.

Erick Iriarte, .pe

- Quando se fala de neutralidade, busca-se alguma regulação que estabeleça que o sistema deve ser neutro. No Peru há diretrizes a esse respeito desde 2012, as que têm evoluído desde então.
- As regras de neutralidade da rede devem permitir o acesso na mesma velocidade para qualquer aplicativo ou serviço baseado na Internet. A inovação deveria estar na liberdade do usuário para acessar conteúdos ou serviços, não nos esquemas produzidos por atores da indústria.
- Em termos de regulamentação, o Peru inclui quatro princípios em termos de neutralidade da rede com relação à Internet: que seja para todos, livre, neutra e aberta.

Catalina Achermann, SUBTEL; Chile

- A lei de neutralidade da rede, emitida em 2010, tem sido altamente valorizada tanto pelos usuários quanto pela indústria. Observa três princípios:
 - A neutralidade tecnológica. Que não possa ser limitado o uso de qualquer dispositivo, desde que não seja prejudicial à rede.
 - A gestão do tráfego é permitida, desde que não afete a livre concorrência.
 - Transparência. Todos os operadores enviaram relatórios sobre a qualidade do serviço. Isso motiva uma concorrência saudável entre os atores.
- Os esquemas de taxa zero deveriam ser avaliados caso a caso.

Yacine Kheladi, Web Foundation

- Não deveriam existir restrições para que os usuários acessem conteúdos desde qualquer lugar do mundo, nem deveria haver bloqueios ou desacelerações de acesso, nem aceitar pagamentos de provedores de conteúdo para priorizar seu tráfego.
- O mercado de serviços de acesso à Internet deve ser mantido separado do mercado de conteúdos, a fim de garantir que o ciclo de inovação continue.

Eliana Quiroz, Internet Bolivia.org (via remota)

- Existem vários fóruns globais, além do IGF, onde essa tensão entre o setor empresarial da Internet e os atores da sociedade civil é discutida, onde se percebe um desequilíbrio contra as pessoas que fazem uso da Internet.
- São discutidas questões que têm a ver com o desenvolvimento empresarial do setor, mas também questões de direitos dos usuários.
- Seria importante facilitar espaços onde a sociedade civil tenha voz, mas também voto.
- A diferença que existe entre as pessoas que usam a Internet e as empresas deveria ser reduzida, para assim facilitar sua entrada no debate. Isso poderia ser feito a partir de programas de capacitação financiados pelas empresas de telecomunicações.

Esteban Lescano, CABASE

- Na Argentina, a neutralidade da rede é garantida por lei desde 2012, tanto um direito dos usuários da Internet quanto uma obrigação dos provedores do serviço de acesso à Internet.
- A neutralidade da rede é uma garantia para a liberdade de expressão na Internet, bem como uma garantia à concorrência entre os ISPs e os provedores de conteúdos na Internet.
- Uma declaração de proteção não é suficiente, mas uma aplicação prática deste tipo

de salvaguardas, a fim de evitar as ofertas que associam conteúdos exclusivos a certos serviços de acesso à Internet.

Eduardo Tomé, Rede de Desenvolvimento Sustentável de Honduras

- Honduras é um ambiente não competitivo para os provedores de serviços móveis, já que existem apenas duas empresas.
- Os usuários com menos recursos são os afetados por esquemas sem concorrência, pois ficam expostos a campanhas de desinformação e pode se tornar um tipo de assistência digital.

Anabella Rivera, Instituto DEMOS

- A rede deve ser aberta, livre e acessível. São palavras que temos ouvido durante muitos anos nestes fóruns.
- Em muitos países, a neutralidade da rede é muitas vezes vista como um obstáculo para aqueles que consideram prioritária a luta contra a insegurança, principalmente no combate à violência. No entanto, a falta de um marco regulatório permitiu que a população da Guatemala tivesse acesso a um espaço de liberdade de expressão pouco comum naquele país.

Augusto Mathurin, Virtuágora

- Os atores parecem concordar em defender o princípio geral da neutralidade da rede, embora difiram em sua garantia e aplicação.
- Uma possível abordagem para o debate seria a conveniência ou não de dividir a Internet em serviços. Ele se manifesta contra a fragmentação da Internet.

Germán Arias, CRC, Colômbia

- O marco regulatório da Colômbia garante a neutralidade da rede. Por exemplo, os conteúdos na Internet não podem ser bloqueados a menos que exista uma ordem judicial.
- Os esquemas de taxa zero são avaliados caso a caso, embora seja necessário revisar esse assunto no futuro.

Terceira seção:

Réplicas para os comentários recebidos

Flávia Lefèvre, Conselheira, CGI.br

- É verdade que os bloqueios políticos não são uma prática generalizada. No entanto, os bloqueios existem nos fatos devido a questões de desigualdade econômica e social.
- A adoção de soluções baseadas na Internet das Coisas causaria uma lacuna ainda maior para as pessoas com menos recursos.

Fernando Latterza, Líder de Projetos Regulatórios para a América Latina, Telefônica.

- É importante estar focados na importância da neutralidade da rede, mas também em favor de uma Internet aberta, para que o conceito de neutralidade digital se torne mais relevante.
- A Telefônica mantém seu ritmo de investimento na região, no desenvolvimento de redes e infraestrutura, para que os processos da empresa sejam adotados no ecossistema digital e atinjam regiões remotas e rurais.

Relator: Israel Rosas, Outreach Manager LAC, Internet Society